



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO  
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 26 DE  
DEZEMBRO DE 2019.....**

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.....

**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

O **Vereador Rui Santos** reportando-se aos trabalhos realizados no rui Cértima, disse que parte do trabalho tinha sido desperdiçado devido às cheias que se fizeram sentir, questionando se esses trabalhos não poderiam ter sido realizados mais tarde, dando tempo para que os trabalhos realizados ficassem bem consolidados e evitando o que veio a acontecer.....

Deu nota de uma notícia publicada no Jornal da Bairrada sobre a atribuição de subsídio de apoio à natalidade no Município de Cantanhede e na sequência dessa proposta o Município tinha sido galardoado com o prémio “Autarquia Familiarmente Responsável”. Acrescentou que a sua curiosidade o fez pesquisar e verificou que desde o ano de 2009 esse prémio era atribuído e os Concelhos limítrofes, de uma forma mais ou menos regular têm recebido esse prémio.....

Recordou que, em reunião anterior, a Vereadora Lília Ana Águas tinha enumerado uma série de apoios dados pelo Município às famílias e nesse sentido sugeriu que fossem verificados os critérios para a atribuição do prémio mencionado, de forma a que o Município de Oliveira do Bairro possa



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

também estar na lista de Municípios galardoados com o prémio de “Autarquia Familiarmente Responsável”, podendo trazer mais benefícios para o Concelho. ....

Deu nota também de uma outra notícia relativa à requalificação da EN 235, que terá início no primeiro semestre do ano de 2021 e se assim for disse que seria resolvido mais um problema de acessos ao Concelho, contudo haveria outros que ficariam por resolver, sabendo que não se poder resolver tudo no imediato, mas havia situações que deveriam ser pensadas o quanto antes para que sejam possíveis de concretizar num prazo razoável. Fez referência ao acesso da zona industrial de Vila Verde, que estando há espera do acesso à A1, não saberia para quando a sua realização, nem se seria concretizável. ....

No que diz respeito à empreitada da Rua Cândido dos Reis, referiu que já se conseguia ver o resultado final, pena era que não se pudesse resolver a questão da edificação junto à rotunda, havendo vários instrumentos para o fazer, devendo ser aplicado de forma a requalificar toda aquela área. ....

Quanto à empreitada da Rua Tavares de Castro com ligação ao cemitério Velho de Oliveira do Bairro, disse que a Igreja ficava no meio, questionando se iria haver algum tipo de obras de requalificação do largo da Igreja, aquando da realização da empreitada. ....

Fez referência à travessia de Oliveira do Bairro no sentido nascente, poente, que era problemática recordando que há uns anos atrás foi proposto pelo então Presidente da Câmara Dr. Acílio Gala, um túnel, não sabendo se a solução passaria por aí, contudo a realidade mostra que o problema se mantinha e se deveria estudar uma forma de tirar do centro da cidade o tráfego de pesados. ....

O **Vereador António Mota** reportando-se ao rio Cértima, disse que o rio se encontrava completamente assoreado, não sabendo como iriam resolver o problema. ....

Ainda sobre o rio Cértima disse que o Presidente da Câmara nunca tinha falado sobre a questão dos passadiços, mas para si iria ser uma obra complicada, solicitando que lhe fosse mostrado o projeto de forma a saber o que é que a POLIS tinha pensado para o local e que lhe fosse dada informação relativa ao assunto. ....

No que diz respeito à recolha do lixo disse que não havia dúvidas que estava tudo mal, pois verificou vários contentores de lixo a abarrotar o que envergonhava a todos. ....

Questionou se relativamente a situação levantada por si sobre as obras executadas e não tituladas, teria sido efetuada queixa no ministério Público, pois pretendia constituir-se como assistente nesse processo. ....

Relativamente ao processo instaurado a alguns autarcas, cujo julgamento foi anulado, questionou se tinha havido ou não recurso em relação ao dossier, pois tinha-lhe sido feita chegar informação que tinha havido recurso. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** questionou o Presidente da Câmara relativamente ao balanço feito pela passagem da depressão Elsa pelo Concelho, se tinha havido registo de danos de maior. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Questionou também se a Câmara tinha algum mecanismo de realojamento de pessoas, ou se tinha algum plano de acompanhamento das pessoas atingidas em casos de intempéries, ou em casos de incêndios nas suas habitações. ....

Reportando-se à questão do Palacete Visconde de Bustos, apelou para que todas as entidades envolvidas na recuperação do mesmo, consigam de vez dar cobro à situação, porque com a passagem das depressões há cada vez menos condições de segurança para a ocupação do edifício. Acrescentou que se estava a falar em falta de condições extremas, tanto de pessoas como de bens lá existentes que devem ser acautelados. ....

Reportando-se à Nacional 233 mais propriamente sobre o troço que vai da RECER até à rotunda de Vila Verde, disse sentir-se falta de iluminação pública naquele troço, bem como a questão do semáforo que ainda não tinha sido resolvido, e ainda os contentores do lixo completamente revirados, que para uma via principal dava uma péssima imagem. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** esclarecendo a questão colocada sobre os passadiços, disse que era um processo com muitos anos que tem sido adiado por razões várias, e a sua execução final tinha acontecido no atual mandato. Acrescentou que o projeto original tinha sofrido ligeiras correções nada significativas, contudo por força das condições climáticas, foi entendimento adiar a execução do projeto até ao mês de março. ....

O **Presidente da Câmara** pegando no assunto da POLIS e dos passadiços, quis ainda esclarecer que quando tinha chegado ao Executivo o projeto estava aprovado e definido. Esclareceu ainda que o Município de Oliveira do Bairro não era o dono da obra, apenas era parceiro na CIRA sendo esta entidade que tinha a comparticipação, no âmbito do capital social. ....

Recordou que as POLIS iriam ser extintas e tinham algum tempo para passarem para as Comunidades Intermunicipais, sendo que aquilo que o Município estava a apoiar nesse âmbito era à Comunidade Intermunicipal que fez os pagamentos dos projetos, utilizando o dinheiro dos Municípios, situação que já tinha explicado em reunião anterior. ....

Reportando-se à questão colocada pelo Vereador Álvaro Ferreira relativamente à passagem da tempestade Elsa, deu nota que uma das prioridades do Município tinha sido a salvaguarda de pessoas, bens e os eixos viários principais, mantendo-os minimamente transitáveis. No que tocava à iluminação pública esclareceu que tinha sido deixada para segundo plano, porque a prioridade passou para que a EDP fosse fazer as ligações de luz às zonas industriais que tinham ficado sem eletricidade e só depois se preocuparam com a reposição gradual da iluminação pública. ....

Sobre o realojamento de pessoas, informou que o Município tinha um plano de emergência, que não foi necessário ativar, tendo colocado as pessoas de etnia cigana, que ficaram desalojadas, a dormirem no pavilhão municipal, tendo desde logo sido acompanhadas pela Segurança Social. Acrescentou que caso as pessoas fiquem sem habitação, dentro da disponibilidade do Município há



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

a possibilidade de realojamento, contudo grande parte das vezes as pessoas preferem ir para casa de familiares. ....

Relativamente ao Palacete de Bustos, disse que se estavam a sentir muitas dificuldades burocráticas para se conseguir intervir no edifício, não obstante tinha ficado combinado ir outro técnico ao local para avaliar algumas situações existentes para se poder intervir no âmbito da Proteção Civil. ....

No que diz respeito à EN235, deu nota que havia uma informação enviado pelas Infraestruturas de Portugal esperando que venha a ser concretizado. Recordou que quando tinha sido solicitado pelo Município para que fosse colocado tapete a resposta tinha vindo um ano depois, coisa que não iria acontecer agora porque já estavam a fazer a intervenção para norte, acreditando que seguidamente venham para sul. ....

Sobre a questão da Igreja Matriz, recordou que já tinha dado nota que o Município estava a desenvolver com a Fábrica da Igreja, um projeto para o adro, estando o mesmo a ser desenvolvido e trabalhado entre a opinião do Padre Francisco Melo e a Arquiteta Fernanda, no sentido de se chegar a um consenso. ....

Reportando-se às questões do rio Cértima, disse que depois de todas as questões existentes devido à mortandade de peixes tinham soado todos os alarmes, incluindo no Governo. Deu nota que entre o Ministro do Ambiente, a APA e a ARH houve logo a vontade de se fazer algo no rio, tendo dado o apoio direto e o Município apenas é um parceiro de fiscalização. Disse saber que o concurso tinha sido lançado com carácter de urgência. ....

Referiu que não poderia deixar de dar razão aos Vereadores, sobre essa matéria, mas também não iria deixar passar a oportunidade correndo o risco de não se fazerem as intervenções. Acrescentou que o Município iria tentar intervir no rio Levira e a intervenção iria ser feita de outra forma diferente e numa altura do ano mais propícia a esse tipo de intervenções. ....

No que diz respeito à Rua Cândido dos Reis e à edificação lá existente, deu nota que ainda não tinham perdido a esperança sobre o assunto, estando a encetar todos os esforços para que o local fique mais dignificado. ....

Relativamente à questão da natalidade, disse que por vezes se faz tão bom trabalho e o mesmo não é reconhecido. ....

Quanto à questão da recolha do lixo, disse que havia um ponto agendado na Ordem de Trabalhos, precisamente para tratar de mudar de empresa, infelizmente todos os processos eram muito burocráticos, demoravam o seu tempo e só restava minimizar a situação. ....

Sobre o processo referido pelo Vereador António Mota, informou que tinha enviado o mesmo para local próprio, as informações que tinha a prestar já tinham sido prestadas por si e pelo Município, aguardando o desenvolvimento, não tendo conhecimento de mais nada. ....

No que diz respeito ao outro processo, disse que não tinha nenhuma notificação, contudo se a mesma



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

chegar cá estaria para reagir ao que for necessário.....

O **Vereador António Mota** reportando-se à questão dos passadiços, disse que o Município de Oliveira do Bairro tinha más experiências em relação a esse tipo de obras realizadas nos leitos dos rios, dando o exemplo do Parque do Carreiro Velho. Referiu que os técnicos que elaboravam esses projetos, deveriam socorrer-se dos projetos que correm menos bem, para melhorarem os próximos projetos e não voltarem a ter os mesmos erros.....

Afirmou que apesar de o projeto ter tantos anos, nunca viu o mesmo, nem sabia se o mesmo existia na Câmara e não se poderia invocar o passado para justificar os erros que possam existir na sua execução, estando a tempo de fazer as devidas correções e adaptações de forma a que não se cometam erros.....

Referiu que o projeto dos passadiços não iria funcionar, pelo acesso aos terrenos porque não poderão circular tratores, carros ou carrinhas em cima daquele tipo de construção, o areão colocado em algumas zonas não iria funcionar aquando das cheias porque ia ser tudo arrastado. ....

Sugeriu que o projeto fosse repensado e verificado por quem conhecia os terrenos, tornando-o muito mais exequível e que tenha durabilidade no tempo de forma a não andar todos os anos a reparar os danos provocados pelas cheias do inverno, esbanjando muito dinheiro. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que quando se referiu à antiguidade do projeto não tinha sido por uma questão técnica, mas sim no que se referia ao conhecimento do mesmo, uma vez que tem tantos anos estranhou não haver conhecimento do mesmo. ....

Quanto à questão da possibilidade ou não de se proceder a alterações ao projeto, disse que percebia o argumento apresentado, contudo o facto de um projeto não ter corrido bem não significava que não se possa fazer igual, quando haja sustentação técnica para o fazer. ....

Disse que lhe custava a crer que a POLIS não tenha feito um estudo técnico do assunto, para perceber a possibilidade de avançar com o projeto dos passadiços. Referiu que havia passadiços feitos, quase todo o ano em água e não apresentam problemas de sustentabilidade, não vendo por isso razão para se desistir do projeto, sem que tecnicamente houvesse razão para o fazer. ....

O **Vereador António Mota** pretendeu esclarecer que não estava contra a construção, nem a funcionalidade dos passadiços, contudo uma coisa eram os passadiços para serem utilizados como tal e outra coisa diferente era utilizarem os passadiços para outro tipo de situações, porque esteve presente na construção de alguns troços e sabia o tipo de materiais que foram aplicados. ....

**PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019.....**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores. ....

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. ....

**PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2019.**.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 7 de novembro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores. ....

2.º - Aprovar a ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 7 de novembro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. ....

**PONTO 4 – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO COM CARÁTER DE URGÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA.**.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** recordou que há cerca de ano e meio foi trazida uma proposta de aquisição de terrenos, a dois euros e meio o metro quadrado, para alargamento da zona industrial de Vila Verde e durante os meses que passaram até à data, foram adquiridos cerca de dois terços dos terrenos em causa, faltando adquirir um terço dos terrenos inicialmente propostos, cerca de sessenta mil metros, que em algumas situações se deveu ao facto de os proprietários não aceitarem o valor estipulado e os restantes casos por dificuldades burocráticas. ....

Referiu que face à urgência do processo, havendo uma candidatura em curso, foram os proprietários devidamente notificados, de forma a se poder avançar com o processo de tomada de posse administrativa dos terrenos. ....

Deu nota que tinha sido feita uma nova avaliação dos terrenos, por um perito do tribunal da relação, que fez uma avaliação por um valor que se enquadra no valor que a Câmara tinha oferecido. ....

Disse que estava em análise a proposta de declaração de utilidade pública da expropriação dos terrenos, para depois ser enviada ao Senhor Secretário de Estado para a competente aprovação e poder-se avançar com a expropriação dos terrenos e realizar-se a obra que há muito é necessária para o Concelho. ....

O **Vereador António Mota** relativamente à discordância que tinha havido sobre o valor por metro



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

quadrado, disse que poderia ter acontecido em situações que se verificava árvores em crescimento nos terrenos. Referiu que não podia aceitar que um perito classifique um terreno com cepas e lhe seja induzido o valor de três euros e pouco o metro quadrado e que um proprietário que tenha um eucaliptal com seis anos, se limite a ficar com os sobrantes, para si não fazia sentido, não era justo e não foi feita uma boa avaliação. ....

Afirmou que uma coisa era ter madeira adulta no terreno e coisa diferente era ter madeira em crescimento, a avaliação devia ser mais cuidada nesse sentido. ....

Relativamente à sua votação, disse que se iria abster pela falta de equidade que houve no tratamento dos casos, reafirmando que uma coisa era uma vinha lá existente, que duvidava que tivesse produção e outra coisa era um eucaliptal ou pinhal já em fase adulta e o proprietário apenas ficar com os sobrantes resultantes do corte da madeira. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** disse que se estava a falar de um pouco mais de um terço de terrenos que se pretendia expropriar e para um Concelho como o de Oliveira do Bairro, disse achar lamentável que tenha que se chegar à presente situação, de se verificar um volume ainda considerável de negociações que não chegaram a bom termo. ....

Referiu também que era sentido por parte dos proprietários a falta de equidade na avaliação dos seus terrenos. ....

Deu nota que uma das justificações dadas para se avançar com o processo de expropriação eram as necessidades concretas que as empresas tinham e nesse sentido disse que gostaria de saber que tipo de empresas eram e quais eram as necessidades concretas. ....

Questionou se o presente assunto não teria que ir à Assembleia Municipal para a competente aprovação. ....

O **Vereador Rui Santos** disse que deve ser sempre garantido que se tenha esgotado todo processo negocial, deve também ser verificado se houve diferenças de critérios nas avaliações realizadas, afirmando que deveria ser tido em conta, a existência de árvores nos terrenos, com volume de corte devendo ser dado o devido valor. Disse ser da opinião que por vezes mais valia fazer um mau acordo e agilizar todo um processo do que estar com processos de expropriação que pode atrasar todo o processo. ....

Apelou para que todas as negociações possíveis sejam esgotadas. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que havia cinco ou seis proprietários que se tinham recusado a vender, por vários motivos, o preço da madeira, ou por terem adquirido os terrenos por um valor mais elevado daquele que iriam vender atualmente. ....

Disse que não iria discutir os critérios do avaliador, contudo recordou que quando se iniciou o processo tinha sido solicitada uma avaliação, que foi muito próxima dos valores apresentados pelo avaliados do Tribunal da Relação. ....





**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Sobre a questão da vinha e dos eucaliptos disse que era uma questão técnica e a avaliação que foi feita era oficial, não lhe parecia que houvesse uma diferença tão significativa do que seja o valor da vinha e do que seja o valor da madeira, entendendo que a madeira com dois ou três anos de corte não seja agradável ter que a cortar e por isso a decisão foi adquirir o terreno e os proprietários fazem o que entenderem com a madeira extraída dos terrenos. ....

Sobre as necessidades das empresas, disse que havia contactos informais demonstrando interesse, contudo se não há ainda condições definidas não há propostas concretas. ....

Relativamente ao processo negocial esclareceu que chegaram a falar diversas vezes com as pessoas sendo que as mesmas já tinham tido tempo para tomarem as suas decisões. ....

O **Presidente da Câmara** relativamente às avaliações realizadas, disse que foram feitas duas avaliações aos terrenos por dois técnicos diferentes, sendo que, um deles reconhecido pelo Tribunal para essas funções e certamente terá capacidades de avaliação de maior qualidade que o senso comum de cada um dos presentes e isso devia ser respeitado, não obstante cada um ter a sua opinião, lamentado que se afirme o que se afirmou em reunião de câmara por alguém sem capacidade técnica para tal avaliação. ....

O **Vereador António Mota** disse que quando os políticos deveriam aceitar a não existência da diferenciação de avaliação, contudo no pensamento a diferenciação deveria existir, porque isso é que era legítimo e honesto para com os proprietários, porque o resto era desonestidade autêntica, levando-o a crer que o relatório não era sério, em relação à questão dos eucaliptos, devendo ficar bem esclarecida essa questão. Afirmou que se o poder político poder tomar uma decisão sobre o assunto que a tomasse, porque isso é que era equidade e o que se estava a fazer atualmente não era correto para com as pessoas. ....

Referiu também que, muitas vezes os técnicos nessas avaliações fazem aquilo que lhes é pedido, assumindo o que estava a dizer porque também era avaliador. ....

Disse que havia muitos proprietários que só para fazer escrituras das partilhas e das heranças, gastavam mais do que aquilo que iam receber da Câmara Municipal, pela venda do terreno e assim muitos deles deixam que aconteça a posse administrativa e não têm a despesa das escrituras. ....

Reiterou que se iria abster na votação do presente ponto, porque não achava justo o que estavam a fazer com algumas situações relativamente à avaliação e à valorização da madeira, sendo lamentável que isso aconteça quando os políticos sentados na presente mesa, até concordavam que deveria haver valorização em relação aos eucaliptais. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** disse esperar que o Vereador António Mota tenha ficado só pela insinuação, quando referiu que o relatório tinha sido influenciado. ....

O **Vereador António Mota** esclareceu que se tinha referido ao valor por metro quadrado. ....

O **Vereador Rui Santos** disse que no sentido de tentar esclarecer a sua intervenção, do que sabia,





**Oliveira do Bairro** câmara municipal

nas aquisições de terrenos para alargamento de outras zonas industriais, não tinha havido o procedimento de posse administrativa e tudo foi feito e rápido. ....

O **Presidente da Câmara** referiu que se calhar nessa altura as discrepâncias tinham sido enormes nas aquisições de terrenos, contudo o atual Executivo pretende trazer justiça ao processo e tratar todos por igual e com base em critérios bastante objetivos. ....

O **Vereador António Mota** deu nota que 95% dos terrenos adquiridos para as zonas industriais tinham sido adquiridos pelo CDS. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar a Proposta de Resolução datada de 19 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, de requerer a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local a Declaração de Utilidade Pública da expropriação com caráter de urgência e autorização da Posse Administrativa das 58 parcelas, descritas na referida proposta, e benfeitorias pelo valor global de 144.229,62 € (cento e quarenta e quatro mil duzentos e vinte e nove euros e sessenta e dois cêntimos), constantes dos referidos Relatórios do Perito Oficial. ....

**PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 117 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE INSTRUÇÃO** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte; .....

1.º - Dar início ao procedimento de elaboração do “Projeto de Regulamento dos Procedimentos de Instrução” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais; .....

2.º - Delegar no Coordenador Técnico Amorim Marques Nunes, nos termos do n.º 5 do artigo 55.º do CPA, a direção do procedimento de elaboração do referido Regulamento. ....

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 118 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE OLIVEIRA DO BAIRRO** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara** disse tratar-se apenas da revisão ao Regulamento de Apoio às Associações. ....

O **Vereador António Mota** questionou quais eram os principais motivos que levavam à alteração do Regulamento. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

O **Vereador Álvaro Ferreira** disse que a alteração ao Regulamento na sua opinião lhe parecia bem, porque tem sido sentido uma enorme necessidade, principalmente da criação do gabinete de apoio associativo, porque grande parte das associações não tem apoio administrativo e não tendo torna-se difícil suprimir as várias necessidades administrativas e burocráticas em relação ao que estava a ser exigido nos pedidos de apoio.....

Sugeriu que na alteração sejam acauteladas todas as questões burocráticas, que se tenham em atenção que os dirigentes associativos, por vezes não têm oportunidade de tratar das questões burocráticas dentro da hora de expediente da Câmara e que se adeque a real necessidade do Concelho de Oliveira do Bairro no âmbito associativo. ....

O **Vereador Rui Santos** disse louvar a iniciativa que vem no seguimento de vários apelos e reforçou a necessidade de ser comunicado às associações o procedimento, para que as mesmas possam em tempo útil apresentarem as suas propostas de alteração ao Regulamento.....

O **Presidente da Câmara** esclareceu que a alteração ao Regulamento essencialmente seria para retirar alguma parte burocrática, que se entendia excessiva para as associações, eliminando essa questão apenas até ao ponto da segurança jurídica necessária, respeitando os normativos do CCP e do CPA e salvaguardar os interesses dos dirigentes associativos, através de formação, entre outras que se entendam por pertinentes aguardando também as sugestões que possam vir por parte do tecido associativo e dos Vereadores se assim o entendessem. ....

Afirmou que o que não se conseguia mudar era vontades de dirigentes associativos. ....

Relativamente à criação do gabinete de apoio associativo, disse que não era justificação para tudo, contudo havia pessoas adstritas a essa área, para esclarecimento de documentação e todas as dúvidas que possam existir. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Dar início ao procedimento de “Alteração ao Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro”, nos termos propostos na Informação/Proposta n.º 118 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais; .....

2.º - Delegar no Chefe de Gabinete André Chambel e no Dr. Miguel Duarte do quadro desta Câmara, nos termos do n.º 5 do artigo 55.º do CPA, a direção do procedimento de elaboração do referido Regulamento. ....

**PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 222|GAP, APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – VOTO DE LOUVOR AO ATLETA ANDRÉ VIEIRA** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e António Mota. ....



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

A **Vereadora Susana Martins** disse tratar-se de um voto de louvor ao um munícipe de Oliveira do Bairro, embora esteja a praticar a modalidade no Concelho de Águeda. ....

Reconheceu o trabalho que estava a ser realizado pela CERCIAG, no âmbito da prática desportiva aos atletas com necessidades especiais. ....

Disse que era uma conquista que orgulhava o Concelho de Oliveira do Bairro e assim era reconhecido o mérito do atleta. ....

Esclareceu que foi entendimento trazer o presente voto de louvor, havendo um critério muito apertado para o fazer, contudo como se tratava de um título de campeão do Mundo foi unânime fazê-lo, não descorando todas as outras conquistas obtidas por atletas do Concelho noutras modalidades desportivas. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** pretendeu dar uma nota de orgulho e agradecimento ao atleta pela sua capacidade de resiliência e de abnegação para conseguir os resultados de excelência. ....

Disse também sentir uma enorme admiração pelo feito e atribuindo o Voto de Louvor demonstra que o Município de Oliveira do Bairro também estava presente para o atleta, não só para o louvar, mas também para o apoiar naquilo que fosse necessário na sua caminhada desportiva. ....

O **Vereador António Mota** referiu que também seria importante reconhecer os atletas do Concelho com títulos a nível nacional e também regional, porque com a crise que se faz sentir, na área desportiva e especialmente no Concelho, talvez fosse um incentivo para dar alguma dimensão e por isso devem ser todos valorizados. ....

Sugeriu que todos os campeões do Concelho, fossem chamados à Câmara Municipal para assim serem agraciados e louvados pelos seus feitos. ....

A **Vereadora Susana Martins** disse que reconhecia que os atletas por vezes não tinham o devido reconhecimento devido pelo sacrifício que fazem. Deu nota que os campeões nacionais do Concelho eram reconhecidos através do Regulamento de Apoio às Associações, que pertencendo a uma associação ou clube o município reconhece. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, mediante votação por escrutínio secreto, deliberou por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor ao atleta André Vieira, pelo resultado obtido, Campeão do Mundo de Judo para pessoas com Síndrome de Down, na categoria de -81 Kg, que enche de orgulho o Concelho de Oliveira do Bairro, mas também pelo empenho, dedicação e paixão que vem demonstrando enquanto pessoa e atleta, conforme proposta n.º 222/GAP datada de 20 de dezembro de 2019. ....

**PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA DIVISÃO DE AMBIENTE, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS URBANOS – CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS (RU) A DESTINO FINAL E LIMPEZA**



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

URBANA, PELAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES COMPOSTO PELOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, OLIVEIRA DO BAIRRO E VAGOS .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Rui Santos e António Mota. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que se tratava da abertura do concurso de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, tendo sido rescindido o contrato anterior e por isso a necessidade de abertura de um novo concurso. ....

Referiu que seriam os mesmos três Municípios que constavam no anterior contrato, era um concurso por lotes sendo que o primeiro lote se tratava de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos comum aos três municípios e o segundo lote referente à limpeza urbana em que apenas aderiu o Município de Vagos. ....

Informou que o prazo do contrato seria de cinco anos com possível extensão de mais três anos, tinha sido estipulado um preço base, que tinha por base os preços médios dos concursos anteriores, conforme decorria da recomendação do Código de Contratação Pública. Mais informou que o contrato tinha uma cláusula de salvaguarda a nível financeiro, porque havia alguma incerteza quanto à estimativa de quantidades. ....

O **Vereador Rui Santos** disse esperar que quando o contrato estiver em vigor, fosse garantido o rigoroso cumprimento do caderno de encargos e que fossem estipuladas penalizações sérias para incumprimentos, de forma a evitar-se situações análogas às que decorrem atualmente. ....

O **Presidente da Câmara** em resposta à intervenção do Vereador Rui Santos, disse que essa uma das grandes preocupações para que situações como as que aconteceram anteriormente não voltem se voltem a repetir e daí algumas salvaguardas, constantes no contrato e incluídas no caderno de encargos, que iria a concurso público internacional depois da devida autorização da Assembleia Municipal. ....

O **Vereador António Mota** questionou o Vice-Presidente se conseguia quantificar qual a vantagem e a poupança do Município na recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos, pelo facto de se estar a fazer o concurso com outros Municípios, acreditando que iria ser tudo igual, apenas se iria mudar os nomes das empresas. ....

Afirmou que muitas vezes pensava se não haveria mais vantagens para o Município em fazer o concurso de forma individual. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** reportando-se à questão do Vereador Rui Santos disse que estavam bem definidas e de forma clara as penalizações a aplicar caso não haja cumprimento do caderno de encargos. ....

Quanto às questões levantadas pelo Vereador António Mota disse que não lhe parecia ser



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

mensurável, quanto à poupança, contudo havia questões fundamentais que eram tidas em conta na realização do contrato, tinha a ver com a área abrangida, porque era diferente fazer um investimento para uma área pequena do que fazê-lo para uma área maior, o ganho é maior. ....

Questionou até que ponto é que o Município iria ter vantagem em ir ao concurso sozinho. ....

O **Presidente da Câmara** deu nota que tinha acompanhado o processo e o Município de Oliveira do Bairro tinha uma série de equipamentos que iam onerar bastante o serviço de recolha e transporte de resíduos urbanos e com o conjunto dos três Municípios há uma tendência para diminuir o valor. ....

Referiu que a Luságua praticava um valor baixo, contudo as lavagens aos contentores ficavam muito a desejar. Referiu que tinha sido feita uma quantificação e um planeamento de como é que as lavagens poderiam ser realizadas, se os Municípios tiverem equipamentos adequados e que podem trabalhar intermunicípios compensando de um lado para o outro, o que era uma das vantagens da entrada em concurso em escala. ....

O **Vereador António Mota** disse que desde logo que a empresa Luságua tinha começada a fazer o serviço no Concelho de Oliveira do Bairro, houve logo críticas em todos os fóruns autárquicos, quer nas Juntas de Freguesia, nas reuniões de Câmara e até em Assembleias Municipais. Afirmou que se tinha esperado tempo demais entre reuniões com a empresa, para se tomar uma atitude. ....

Alertou que um dos fatores que deveria ser ponderado no concurso era a qualidade técnica da empresa e deixar de se preocupar com o preço indicador base da adjudicação, porque na sua opinião era o pior que se poderia fazer. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** disse entender o que foi referido pelo Vereador António Mota e esclareceu que a fórmula que foi feita tinha sido a entendida tecnicamente para que em termos administrativos o concurso não sofresse de atrasos e de contestações. ....

Referiu que o concurso tinha um conjunto de penalizações perfeitamente definidas para caso o serviço não seja cumprido, se atuar em conformidade. ....

O **Presidente da Câmara** acrescentou que o fator preço iria acabar por ter uma ponderação diferente do que era normal, porque se existir uma grande discrepância nas propostas, a proposta que ganhar será aquela que se aproximar mais da média. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta apresentada pela Divisão de Ambiente, Manutenção e Serviços Urbanos, datada de 19 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte; ....

1.º - Contratar a “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final” e autorizar a realização da despesa, no valor de 1.611.763,15 € (um milhão seiscentos e onze mil setecentos e sessenta e três euros e quinze cêntimos), com inclusão do IVA à taxa legal em vigor, e eventual desvio (por excesso) de 5%, para o prazo contratual inicial de 5 anos, e de 2.578.821,04



Oliveira do Bairro câmara municipal

€ (dois milhões quinhentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e um euros e quatro centimos), por consideração da eventual prorrogação do prazo pelo período de 3 anos (5+3=8 anos), de acordo com a repartição de encargos referida no ponto 7.2. da referida Informação/Proposta; .....

2.º - Adotar o procedimento de concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade com a alínea a) do artigo 20.º do CCP; .....

3.º - Aprovar a minuta de protocolo (em anexo) a ser celebrado entre os Municípios de Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos, designando este último como representante do agrupamento, e que visa o estabelecimento das regras para a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para o lançamento do procedimento aquisitivo, referido no ponto anterior, e subsequentemente celebração de contrato; .....

4.º - Aprovar as peças do procedimento de formação de contrato, ou seja, a minuta de anúncio, o programa de procedimento e caderno de encargos, em anexo à informação proposta; .....

5.º - Designar como membros do júri os técnicos indicados no ponto 10. da informação/proposta e delegar no júri as competências enunciadas na mesma informação; .....

6.º - Submeter a informação de despesa, à Assembleia Municipal, para efeitos de prévia autorização dos encargos plurianuais mencionados na informação/proposta, tendo em consideração o prazo contratual referido, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), na redação atual, sendo que, previamente à eventual celebração do respetivo contrato, deverá ser verificada a existência de fundos disponíveis, a que se refere a alínea f) do artigo 3.º da mesma, para a sua celebração, bem como todas as disposições aplicáveis. ....

**PONTO 9 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 185.2019|DPGU - ESTUDO URBANÍSTICO PARA A RUA BANDA FILARMÓNICA (ER 333-1) E RUA DO ALTO DO RIO (TROÇO ENTRE ROTUNDA DAS MAMOAS E PARQUE DO RIO NOVO) – EU 01/18 – ALTERAÇÃO I** .....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos. ....

O **Presidente da Câmara** deu nota que se tratava de um estudo urbanístico que tinha tido o seu início no ano de 2018, tendo sido um pré-estudo inicial o qual foi apresentado aos proprietários dos terrenos confinantes com o troço. Acrescentou que posteriormente foi realizada uma alteração com base nos levantamentos topográficos efetuados a todos os terrenos existentes, prendendo-se essencialmente com a vontade de concretizar uma obra de ligação entre a rua da Banda Filarmónica e o Parque do Rio Novo na Mamarrosa, bem como a realização de alguns arranjos importantes para o local. ....

O **Vereador António Mota** disse que não tinha tido tempo para analisar o processo, contudo verifica que finalmente a obra iria avançar. Referiu que teria sido bom que tivesse sido apresentado de forma



Oliveira do Bairro câmara municipal

rápida o projeto, o que se pretende fazer no local.....

O **Vereador Rui Santos** questionou se havia acordo com os proprietários dos terrenos confinantes com a via, de acordo com as necessidades de cedências previstas, para a realização do projeto. ....

Referiu que do que tinha visto do projeto, parecia interessante, contudo na sua opinião poderia ser mais ambicioso, havendo situação que poderiam ser melhoradas aquando da sua execução.....

O **Presidente da Câmara** quanto à sugestão do Vereador António Mota disse que se comprometia que sempre que se verificasse necessidade os projetos seriam apresentados em reunião de Câmara pelos técnicos responsáveis pelos mesmos. ....

Relativamente à questão do Vereador Rui Santos, deu nota que havia apenas uma proprietária que sendo contactada não tem demonstrado disponibilidade.....

Deu conhecimento que o projeto vinha no sentido de preencher as regras regulamentares do PDM, com aproveitamento de algumas zonas, sendo uma delas pertença da Junta de Freguesia, local onde se prevê efetuar estacionamento público de apoio ao parque e também estava previsto o arranjo de toda a zona frontal do Parque do Rio Novo. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo urbanístico para a rua da Banda Filarmónica (ER 333-1) e rua do Alto do Rio (troço entre a Rotunda das Mamoas e Parque do Rio Novo) – EU 01/18 – Alteração I e submeter pela plataforma SIRJUE o pedido de parecer às entidades competentes, nos termos da Informação Técnica n.º 185.2019/DPGU datada de 19 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

**PONTO 10 – INFORMAÇÃO 10.2019|USIG – SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA RUA DA CHOUÇA, ENTRE A CASA N.º 135 E N.º 139 NA FREGUESIA DA PALHAÇA.....**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos. ....

O **Vice-Presidente da Câmara** referiu que os pontos seguintes se tratavam de questões de sinalética simples. ....

Deu nota que o custo de colocação de um sinal de trânsito rondava os cinquenta euros.....

O **Vereador António Mota** disse que considerando os Presidentes de Junta de Freguesia, que têm o conhecimento local das situações, não se iria opor, contudo se se verificar que a colocação dos sinais propostos iria atrapalhar a normal circulação de trânsito, a qualquer momento se poderia vir novamente a reunião de Câmara para se retirar o sinal de trânsito.....

O **Presidente da Câmara** deu nota que o Município tinha encetado um trabalho de levantamento de toda a sinalética existente no Município, tendo o mesmo sido concluído há poucos dias atrás, estando a informação a ser tratada para que posteriormente possa vir aos órgãos competentes para se tomar as competentes decisões.....





**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Informou que todos os assuntos relativos ao trânsito tinham sido discutidos no Conselho Municipal de Segurança, concordando que se for verificado que a colocação de sinais de trânsito iria causar transtornos, os assuntos viriam novamente aos órgãos competentes para a sua análise. ....

O **Vereador Álvaro Ferreira** questionou para quando é que a Câmara pensava resolver as deficiências que a Rua da Chousa tinha. ....

Quanto ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, sobre a colocação da sinalética de estacionamento para mobilidade reduzida, questionou se também estaria prevista a colocação de uma rampa de acesso ao passeio. ....

Questionou se as entidades, junto das quais iria ser colocada nova sinalética se tinham sido ouvidas relativamente ao assunto. ....

Relativamente à Rua Principal do Camarnal, recordou que já tinha sido aprovado em reunião de Câmara a colocação de uma passadeira elevada para o local, contudo a mesma ainda não foi instalada, questionou para quando estava prevista a obra. ....

O **Vereador Rui Santos** disse louvar a questão dos sentidos únicos, sabendo que para muitos munícipes era um problema, contudo para si a segurança das pessoas era prioritária. ....

Sobre os assuntos de limite de velocidade, alertou que não era só a colocação das lombas e dos sinais de trânsito que iriam fazer reduzir a velocidade. Deu nota que havia outros métodos de condicionamento das vias, de forma a obrigar os condutores a reduzirem a velocidade e que poderiam ser abordadas pelos técnicos e propostas, porque em termos urbanísticos eram bem mais agradáveis.

O **Vice-Presidente da Câmara** sobre a questão da colocação da rampa, informou que já tinha sido verificado pelos técnicos e para o local em concreto não era necessário. ....

Quanto à auscultação das entidades, informou que as próprias entidades solicitaram a colocação da sinalização em questão em conjunto com a Junta de Freguesia. ....

Relativamente à colocação da passadeira informou que se estava a fazer um procedimento global para a colocação de várias no Concelho. ....

O **Presidente da Câmara** reportando-se à questão dos sentidos únicos e a outras soluções de abrandamento de trânsito existentes na Europa, disse que era necessário mudar as mentalidades para se conseguir implementar muitas dessas medidas e era esse trabalho que se estava a tentar fazer com as entidades que compõem o Conselho Municipal de Segurança. ....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte; ....

1.º - Aprovar a colocação de sinalização e baias de segurança, nos termos da Informação 10.2019/USIG datada de 06 de agosto de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais; ....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....  
**PONTO 11 – INFORMAÇÃO 15.2019|USIG – COLOCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS DE MOBILIDADE REDUZIDA NOS PAÇOS DO CONCELHO EM OLIVEIRA DO BAIRRO** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a colocação de um lugar de estacionamento para pessoas de mobilidade reduzida e respetiva sinalização, nos termos da Informação 15.2019/USIG datada de 25 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais; .....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

.....  
**PONTO 12 – INFORMAÇÃO 16.2019|USIG – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SENTIDO ÚNICO NA RUA DO CENTRO DE SAÚDE E NA RUA DO CENTRO SOCIAL DE OIÃ** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a colocação sinalização, nos termos da Informação 16.2019/USIG datada de 25 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. ....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

.....  
**PONTO 13 – INFORMAÇÃO 17.2019|USIG – COLOCAÇÃO DE SINAL C13 DE LIMITAÇÃO DE VELOCIDADE NA RUA DAS AGRAS EM OIÃ**.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a limitação de velocidade e colocação de sinalização, nos termos da Informação 17.2019/USIG datada de 26 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

.....  
**PONTO 14 – INFORMAÇÃO 21.2019|USIG – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NO LARGO DA FEITEIRA EM TROVISCAL** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a limitação de velocidade e colocação de sinalização, nos termos da Informação 21.2019/USIG datada de 26 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos



Oliveira do Bairro câmara municipal

termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

**PONTO 15 – INFORMAÇÃO 22.2019|USIG – PROIBIÇÃO DE PESADOS NA RUA DA ESPINHEIRA EM OLIVEIRA DO BAIRRO** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a proibição de pesados e colocação de sinalização, nos termos da Informação 22.2019/USIG datada de 27 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

**PONTO 16 – INFORMAÇÃO 24.2019|USIG – COLOCAÇÃO DE SINAL C13 DE LIMITAÇÃO DE VELOCIDADE NA RUA PRINCIPAL DO CAMARNAL EM OLIVEIRA DO BAIRRO** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a limitação de velocidade e colocação de sinalização, nos termos da Informação 24.2019/USIG datada de 26 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

**PONTO 17 – INFORMAÇÃO 25.2019|USIG – ALTERAÇÃO DE SENTIDOS NO ENTRONCAMENTO DA RUA SR. AFLITOS E RUA 5 DE OUTUBRO, EM OLIVEIRA DO BAIRRO** .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a alteração de sentido de trânsito e colocação de sinalização, nos termos da Informação 25.2019/USIG datada de 28 de novembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea g) do número 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ....

**PONTO 18 – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES – ESCOLA DA QUINTA NOVA – ORFEÃO DE BUSTOS**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Revogar a deliberação da reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2019, referente ao ponto 6 da respetiva Ordem de Trabalhos;.....

2.º - Autorizar a cedência das Instalações da Escola da Quinta Nova, em Bustos, a título gratuito, ao Orfeão de Bustos, pelo prazo de 20 anos, renovável por períodos de 5 anos.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

3.º - Aprovar a minuta do respetivo Contrato de Comodato, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Orfeão de Bustos.....

4.º - Designar a Técnica Superior, Eng.ª Catarina Cosme como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos. ....

**PONTO 19** – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 139|2019, PRESTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO, PARA A REALIZAÇÃO DA “FESTA DOS REIS VIDA MAIS 2020”, NO DIA 8 DE JANEIRO DE 2020.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 8 de janeiro de 2020, para efeitos da realização da “Festa dos Reis Vida Mais 2020”.....

**PONTO 20** – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NOS DIAS 14, 21 E 28 DE MARÇO DE 2020, POR PARTE DA UNIÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA DO SILVEIRO, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE TEATRO DESTINADO A ANGARIAÇÃO DE FUNDOS .....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência à União Desportiva Cultural e Recreativa do Silveiro, do Auditório da Freguesia de Oiã, nos dias 14, 21 e 28 de março de 2020, para efeitos de Angariação de Fundos. ....

**PONTO 21** – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 17 DE ABRIL DE 2020, POR PARTE DA ASSOCIAÇÃO JOVEM OIANENSE, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULO DE ILUSIONISMO.....

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência à Associação Jovem Oianense, do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 17 de abril de 2020, para efeitos de realização de espetáculo de ilusionismo.....

**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 23 de dezembro do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores: .....

**DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS:** ..... **2.058.950 Euros e 32 Cêntimos**

**DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:** ..... **741.545 Euros e 83 Cêntimos**

**TOTAL DAS DISPONIBILIDADES:** ..... **2.800.496 Euros e 15 Cêntimos**



Oliveira do Bairro câmara municipal

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** .....

**Anabela Marques** residente no Silveiro reportando-se ao cemitério Velho de Oliveira do Bairro, concretamente na parte das crianças, disse que se encontrava um pouco abandonado, pois havia ervas em volta das campas que ninguém limpava e que muitas vezes a própria fazia essa limpeza, solicitando para que se tenha mais um pouco de cuidado, principalmente naquela zona, que parecia estar mais ao abandono.....

**António Mota** residente na Palhaça reportando-se à limpeza das faixas, alertou para as situações em que há vedações e ao fazerem a limpeza da vegetação, não há o cuidado e colocam os sobrantes sobre as mesmas danificando-as.....

Sobre o corte das árvores de grande porte nos taludes, alertou para que não façam o corte das mesmas para cima de terrenos onde existem sementeiras. Sugeriu que se mantivessem algumas dessas árvores de forma a que mantenham os taludes sem que os mesmos sofram desmoronamentos.....

O **Presidente da Câmara** reportando-se à questão da vedação disse que lamentava ter acontecido. Sobre a situação do corte das árvores no talude, disse que iria verificar com a técnica florestal o que estava programado fazer para o local.....

Sobre a questão do cemitério Velho de Oliveira do Bairro pediu desculpas à munícipe pelo sucedido, dizendo que tem existido esforços para que os locais estejam o mais asseados possível e sempre que fossem verificadas situações análogas, solicitou que fossem comunicadas à Câmara Municipal para que se tomem as devidas diligências. ....

.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer. ....

---

Duarte dos Santos Almeida Novo

---



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

---

Jorge Ferreira Pato

---

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

---

Susana Maria da Silva Martins

---

António Augusto Marques Mota

---

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

---

Rui Jorge Marques Santos